



A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas

Fishery dynamics in common use territory: the management problem in marine extractive reserves

Vilson Tadei Brito Ferreira, Graduado, Professor EJA, vilsontbrito@gmail.com; Maria Cristina Maneschy, Doutora, Universidade Federal do Pará e Pesquisadora Associada do Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável, maria.maneschy@gmail.com; Tânia Guimarães Ribeiro, Doutora, Universidade Federal do Pará, pitolomeu@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda a gestão de áreas de uso comum, no contexto da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. A base empírica utilizada nesta análise assenta nas atas de reuniões regulares da Associação de Moradores e Usuários da Reserva, de 2011 a 2012 e, também, em observações realizadas em reuniões locais para elaboração do Plano de Manejo dessa unidade de conservação. A investigação mostra que, apesar da delimitação de fronteiras na institucionalização de uma unidade de conservação, o trabalho e os recursos são móveis, resultando na dinâmica do trabalho da pesca, que se estende a outras unidades similares nos municípios vizinhos e a outros estados. Os espaços de discussão instituídos pela Reserva fomentam a consciência comum sobre o território, inclusive sobre os conflitos de apropriação dos recursos pesqueiros e, também, possibilitam conexões sociais novas para as populações.

Palavras-chave

Gestão; pesca; áreas protegidas; recursos comuns; território.

Abstract

This paper addresses the management of common resource pools in the context of the Extractive Reserve Caeté-Taperaçu, in the municipality of Bragança, state of Pará, Brazil. The empirical basis used in this analysis builds on regular meeting minutes of the Association of Residents and Users of the Reserve, from 2011 to 2012. Also on observations performed at local meetings for the preparation of the Management Plan of this conservation unit. The research shows that despite the delimitation of boundaries in the institutionalization of a protected area, the work and the resources are mobile, resulting in the dynamics of the fishery work, which extends to other similar units in neighboring municipalities and other states. The discussion forums set up by the Reserve foster a shared awareness about the territory, including the conflicts over ownership of fisheries resources and enable new social connections for people as well.

Keywords

Management; fisheries; protected areas; common resources; territory.

Introdução

Em uma conceituação ampla, reservas extrativistas são áreas utilizadas por populações cujo sustento baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. Há duas décadas Alegretti (1994) ressaltou, com propriedade, que a chave do conceito de reservas extrativistas é o reconhecimento da existência da população tradicional com seus direitos territoriais. No Pará, já são doze unidades de conservação na categoria Reserva Extrativista Marinha (REM), que cobrem uma larga extensão de sua zona litorânea, de pouco mais de 500 km. A primeira REM no Pará foi a RESEX de Soure, na Ilha de Marajó, de 2001. Em 2005, pelo Decreto presidencial de 20 de maio instituiu-se a RESEX Caeté-Taperaçu, no município de Bragança. É um município dos mais antigos da região amazônica, cuja economia repousa historicamente na pesca e na agricultura, sobretudo de pequena escala, e com manifestações culturais e religiosas reconhecidas como parte do patrimônio cultural do estado do Pará (MANESCHY, 1995; CONCEIÇÃO, 2002). Desde a década de 1980 desenvolve-se o turismo ligado com a praia de Ajuruteua, no extremo norte do município. Este texto volta-se ao exame desta Reserva específica, discutindo as correlações entre territórios comuns, a pesca e a dinâmica de funcionamento da gestão participativa do território, conforme a legislação pertinente a essa categoria de Unidade de Conservação (UC) no Brasil.

Segundo levantamento feito pelo gestor do ICMBIO no ano de 2012, cerca de 9.000 famílias habitam ou dependem desse território para sua sobrevivência, sendo 3.000 classificadas como extrativistas.¹ No caso, as famílias de pescadores e “tiradores” de caranguejos sobressaem em número. Embora se pratiquem também o extrativismo vegetal e capturas periódicas de moluscos nas áreas de manguezal, são em escala bem inferior e, comumente, de modo complementar com a pesca.

Dada a relevância social, cultural e econômica do território em questão, uma Reserva que se aproxima de seus dez anos de decretação, importa analisar sociologicamente sua construção social. Integra também a reflexão sobre os avanços e recuos dessas experiências de gestão compartilhada, que vem produzindo transformações a partir da ação pública para a construção dos espaços de conservação ambiental. Decorridos quase trinta anos da criação das primeiras UCs² e quinze do Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000), torna-se relevante discutir o processo de construção das Reservas na medida em que implica debates conjuntos dos problemas locais e da formulação de regras de uso, produzindo resultados para a governança ambiental.

Examinar o processo de institucionalização da RESEX em tela, é o principal objetivo do projeto de pesquisa a partir do qual se elabora o presente artigo³. Propõe-se aqui, refletir sobre as relações entre as características da atividade produtiva principal, a pesca e as

1 Informação pessoal prestada pelo Sr. Fernando Repinaldo Filho, em março de 2013.

2 As primeiras RESEX foram: a Reserva Extrativista Chico Mendes (Decreto n. 99.144/90), no Acre; a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto (Decreto N. 99.146/90), no Amapá; a Reserva Extrativista Rio Cajari (N. 99.145/90), em Roraima; e a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Decreto N. 98.863/90), no Acre.

3 Projeto A Construção da Participação na Institucionalização das Unidades de Conservação no estado do Pará financiado pelo CNPq; Processo nº 486277/2011-9.

demandas de gestão do território reservado. A base empírica utilizada nesta análise assenta nas atas de reuniões regulares da Associação de Moradores e Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), entre 2011 e 2012 e, também, em observações realizadas por ocasião da participação dos pesquisadores em reuniões locais relacionadas à elaboração do Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação.⁴

Dilemas da apropriação de recursos de uso comum

Nos seus cerca de 42mil hectares de área, os bosques de manguezais e os cursos de água (rios e igarapés) sobressaem. Do ponto de vista da legislação vigente, assim como das normas locais, são áreas de recursos comuns, de bens públicos, cuja apropriação obedecia – e ainda obedece, em grande medida - a regras tradicionais, não escritas, o que não implica dizer ausência de conflitos entre pescadores, entre extrativistas, entre pequenos e grandes utilizadores da mesma base de recursos. Nas últimas décadas, contudo, a pressão ampliada sobre essas áreas gera ou demanda novas regras e, também, provoca novos conflitos. São mudanças decorrentes da grande expansão da pesca do município, que passou a sediar diversas empresas pesqueiras, inclusive provenientes de estados nordestinos e, finalmente, do crescimento do turismo estimulado pela construção, na década de 1980, da rodovia estadual que liga a sede municipal à Praia de Ajuruteua (rodovia PA 458). A estrada atravessa a área da Reserva no sentido norte-sul. Essa pressão ampliada foi um grande motivador da proposta de criação da RESEX.

Precisamente um dos maiores desafios dessas instituições de gestão ambiental participativa, tal como as RESEX, é elaborar e colocar em prática um “plano de manejo”, um instrumento diretor das ações, do uso e da conservação do território e seus recursos, que faça sentido para as categorias sociais presentes. Como se sabe, o desafio é ampliado pelo fato de que a participação política formal para essas populações rurais representa uma novidade. Nesse sentido, mais do que elaborar um plano diretor, com apoio técnico e acadêmico, estão em jogo “diálogos de saberes”, na perspectiva de que trata Leff (2009), visibilidades e invisibilidades, interesses de classe relativos aos direitos de apropriação dos recursos e sua regulação, sobrepondo-se aos eixos de desigualdade de gênero e de gerações.

No decurso das reuniões tanto da ASSUREMACATA, quanto do Conselho Deliberativo da RESEX, assim como nas oficinas que objetivaram a elaboração e articulação do plano de manejo dessa reserva e das reservas vizinhas, vários aspectos relacionados aos territórios de pesca foram abordados. Foram debates que expressam os desafios de gestão de recursos móveis e de territórios comuns, que interessam a toda a coletividade. Nesse sentido, presume-se que as Reservas possam contribuir para estimular a formação de uma nova representação social do território, a partir da compreensão da mútua dependência dessa base

4 Um dos eventos com subsídios para este artigo foi a Oficina Participativa para a Construção do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecológico para as Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense, no marco do projeto MANGUEZAIS DO BRASIL, coordenado pela Profa. Victória Isaac. Período de realização: 5 a 8 de novembro de 2012, na cidade de Bragança.

comum de recursos. O Plano de Manejo (ABDALA; SARAIVA; WESLEY; 2012a, 2012b), finalizado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, expressa essa tentativa, assim como deixa à mostra a complexidade dos conflitos e alianças para produzir os acordos da cogestão.

Um dos eventos de que se participou visando coletar dados para a pesquisa reuniu representantes de quatro RESEXs do litoral paraense - Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá (5 a 8 de novembro de 2012). Conforme a dinâmica da reunião, os membros das comunidades usuárias dos recursos que estavam presentes foram solicitados a apontar as áreas mais frequentes de pesca em suas respectivas localidades, a fim de orientarem a proposição de regras de manejo.

O conhecimento tradicional dos pescadores foi, neste ponto, o centro das atenções. Utilizando mapas elaborados a partir de imagens de satélite, orientadas pelos técnicos de apoio, as pessoas apontaram as espécies de peixes e mariscos e suas zonas de ocorrência, conjuntamente com os apetrechos utilizados conforme a época, as marés e os ciclos lunares. Elas e eles os descreveram com autoridade de conhecedores de longa data. Por outro lado, demonstraram valorizar a oportunidade de trocar conhecimentos com pessoas de territórios vizinhos e de dialogar com pesquisadores, técnicos e estudantes. Exemplo disso, o diálogo entre um pescador e um agente ambiental presentes em uma das reuniões. O pescador, ao ser indagado a respeito do período de reprodução da espécie pescada branca disse categoricamente: *nunca vi uma pescada branca ovada!* A explicação apresentada e objeto de animada discussão foi de que a pescada branca não desova no “salgado”, isto é, nas águas costeiras e estuarinas, mas sobe para as cabeceiras dos rios nesse período de seu ciclo reprodutivo, razão para o pescador não o ter presenciado.

Isso nos remete à característica dos recursos móveis e de sua apropriação por grupos sociais, pessoas e organizações. A pergunta clássica, na base da economia institucional, é trazida para a temática do uso sustentável de recursos naturais públicos. Como se estabelece a confiança entre os usuários ou dependentes de tais recursos, a expectativa de que vão utilizar racionalmente em prol do coletivo? Os recursos pesqueiros são recursos comuns (*commons*), os quais segundo McKean e Ostrom (2001) apresentam duas características do ponto de vista do seu acesso e sua apropriação: dificuldade ou impossibilidade de excluir usuários; e a subtrabilidade, ou seja, o que um usuário utiliza ou retira, deixa de estar disponível para outros. Por isso, são recursos que estão potencialmente sujeitos a uma lógica de uso de curto prazo. Daí a previsão clássica de Garret Hardin (1968) da “tragédia dos recursos comuns”, ou seja, a tendência de depredação de recursos como peixes, vida selvagem, oceanos, bacias hidrográficas, florestas tropicais, até mesmo a atmosfera. Nessa visão, a “tragédia” resulta da lógica de aproveitar ao máximo os recursos que não podem ser propriedade privada.

McKean e Ostrom (2001), autoras do referencial teórico da pesquisa, questionam essa abordagem da tragédia porque ela se baseia em visões individualizantes sobre os agentes sociais. O modelo de ação social é o do *homo economicus*, que age baseado em cálculos de custos e benefícios. Na visão sociológica, ao contrário, os agentes sociais são controlados por instituições sociais, são membros de comunidades, de grupos e, nessa condição comunitária se relacionam com a natureza. McKean e Ostrom (2001) discutem justamente as instituições sociais de apropriação de recursos que apresentam essas características, a exemplo das unidades de conservação de uso comum, reconhecidas oficialmente. Essas autoras estudaram casos de instituições locais que grupos humanos instituíram ao longo de sua história de convivência com ecossistemas como florestas, montanhas, lagos e zonas costeiras, definindo quem dispõe de direitos de apropriação e os procedimentos permitidos e banidos.

Dinâmicas da pesca e as reservas extrativistas

Em se tratando do recurso pesqueiro, como dito acima, é um recurso móvel e comum. As Reservas Marinhas instituem regimes de propriedade comunitária sobre esse recurso comum, pois garantem os direitos das comunidades locais, que os utilizam e devem doravante gerenciar, ou melhor, gerir esse uso de modo consensual. No caso das RESEXs no Brasil, a gestão não é de responsabilidade única delas, mas é dividida com o Estado: a cogestão, ou gestão compartilhada. Mas, esses recursos que se pretende manejar/gerir ultrapassam os limites das UCs e, no caso estudado, o limite da microrregião do Salgado Paraense. Assim, as populações locais fazem a gestão pesqueira na jurisdição da Reserva, mas também dependem da pesca fora da área, onde o acesso é livre, ou com regras de mais difícil controle, como as que regulam tamanho de malha, instrumentos proibidos, tamanho mínimo de captura etc. Elas também se ressentem de impactos de utilizadores do espaço que não participam da gestão, como é o caso das embarcações de grande porte, da pesca empresarial, que segundo se debate nas reuniões, poluem os rios com óleo dos motores. Configura-se aí o conflito entre os pescadores artesanais e os “de fora”, como denominam os das geleiras, que utilizam grandes embarcações e técnicas de pesca predatórias. Esse problema implica também em questionamentos sobre as possibilidades das instâncias de participação produzirem resultados satisfatórios para esses agentes sociais. Pois, tanto o ICMBio, quanto a ASSUREMACATA são questionados pelos pescadores artesanais sobre medidas que possam vir a proteger suas atividades.

Nas reuniões foi levantada a importância econômica da produção pesqueira nas localidades que compõem a RESEX: qual recurso pesqueiro era mais rentável e quais os de maior captura. Os peixes mais “nobres” (termo local) e mais rentáveis (para exportação) são pescada amarela, mero e serra, entre outros. Mas, apesar de serem elencados esses como os de maior importância econômica, esse tipo de pesca só é praticada por pequena parte dos pescadores locais. Segundo os relatos nas reuniões, 90% desses peixes estão no mar, fora das águas da Reserva – até uma milha ao largo - e carecem de maior capacidade financeira para captura. Mas há, também, recursos de interesse comercial que se encontram na jurisdição da RESEX e são capturados por outrem. O problema foi assim ilustrado pelo gestor de uma das reservas: “90% dos que usufruem dos recursos da RESEX não estão dentro da Caeté-Taperaçu, entretanto buscam os recursos nas próprias”. Isso mostra que os limites físicos da Reserva não são barreiras para a captura dos recursos, esses são móveis, no sentido de que não se limitam à barreira da instituição RESEX. O que move a grande massa de trabalhadores da pesca vinculados a esse espaço, são os recursos mais localizados como: caranguejos, mexilhões e muitas espécies de peixes que ocorrem próximos do continente. A pesca se dá nos estuários e nas águas costeiras, parte dos quais inseridos na jurisdição da Reserva, entretanto os recursos não são fixos, dificultando a gestão, com o estabelecimento de regras, interdições, fiscalização etc.

Essas limitações não invalidam a importância do território da UC. Ao contrário, pois ela vem garantir, formalmente, os direitos de acesso nas áreas próximas e, especialmente, possibilita regular a pesca de caranguejos nos manguezais. Além disso, a gestão é participativa, o que contribui, por hipótese, para fortalecer o sentido de pertencimento ao território. Dizemos por hipótese, pois este é um processo novo, daí considerarmos seu caráter de construção social, para além dos aspectos legais, das regras a serem estabelecidas e constantes dos planos. Neste ponto, levamos em consideração a definição do território feita por Abramovay (2003), que destaca a importância das relações sociais entre os sujeitos sociais nesses espaços. As reuniões, encontros, mecanismos de deliberação coletiva, podem

ser consideradas formas de criar “capital social”, isto é, redes de relações, comunicação e intercâmbio entre as comunidades locais e as diferentes categorias sociais envolvidas, conforme Putnam (2006)⁵.

A propósito da gestão participativa é possível afirmar, com base nas observações, que as reuniões fortalecem a consciência comum dos problemas, interesses e vínculos ao território por parte dos grupos e comunidades que dele dependem. Para ilustrar, a Tabela 1 lista os principais temas tratados nas reuniões do Conselho Deliberativo da Reserva Caeté-Taperaçu, no período de pouco mais de um ano de coleta de dados.

TABELA 1 - Assuntos tratados nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, segundo a frequência - janeiro de 2010 a fevereiro de 2011.

Temas	F	Temas	F
Plano de manejo	3	Fiscalização	1
Habitação	3	Zoneamento dentro da Resex	1
Caranguejo-uçá e seguro defeso	3	Educação ambiental	1
Exposição sobre biodiversidade costeira	2	Nova resolução do CONAMA (nº 428/2010)	1
Programa nacional de reforma agrária	2	Sistemas de abastecimento de água	1
GEF mangue	2	Defeso da pescada gó, pescada amarela, gurijuba	1
Plano de voluntariado	2	Estudo de impacto ambiental	1
Instituições no conselho: ingresso e saída	2	Direito real de uso – CCDRU	1

Fonte: elaboração dos autores.

A sustentabilidade dos recursos pesqueiros é uma preocupação muito clara (seguro defeso, caranguejo, pescada, gó), assim como a gestão do território em construção (plano de manejo, conselho, fiscalização, zoneamento) e as políticas sociais associadas ao território (habitação, reforma agrária, abastecimento de água). Merecem destaque as referências a pesquisas e aspectos legais: impacto ambiental, GEF mangue, zoneamento, CONAMA etc. São frutos das novas articulações entre pesquisadores, órgãos públicos e moradores e usuários, novas redes sociais que se formam em relação ao território RESEX. A notar que a realização de pesquisas em unidades de conservação requer autorização prévia da associação local e do órgão gestor, no caso o ICMBio, o que induz a um novo diálogo e abre caminho para a aproximação entre ciência e sociedade, antiga reclamação de comunidades locais, notadamente em áreas rurais.

Considerações finais

Hoje na RESEX uma grande demanda é a proteção de meio ambiente, lado a lado com a qualidade de vida – *plano de manejo e habitação, caranguejo e seguro defeso* - para a sobrevivência dos povos tradicionais. Para que isso ocorra, no quadro de monetarização crescente e de acentuada concorrência entre usuários atuais e potenciais do território, torna-se necessário uma melhor maneira de cuidar dos recursos naturais, daí a preocupação com a gestão, ou manejo; é exemplo disso a proteção aos manguezais, berçários de grande número de espécies de crustáceos e peixes. Entretanto, tanto os recursos como o trabalho são móveis.

5 O capital social diz respeito a “características da organização social como a confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, argumenta Putnam (2006), facilitando as ações coordenadas.

Nesta perspectiva, limites impostos de cima para baixo – como na gestão pesqueira convencional, centralizada no Estado - não correspondem aos limites do trabalho da pesca. Não correspondem também a novas demandas por participação social e ao reconhecimento de que os ecossistemas não existem de forma independente dos sistemas sociais e que, portanto, a complexidade ambiental, no sentido que Leff (2006) atribui, inviabiliza abordagens e decisões com base unicamente na ciência convencional. Daí, mais uma vez, a referência ao conceito de diálogo de saberes, desse autor. Nesse sentido, justifica-se ainda mais a gestão descentralizada, como a que se está construindo nas reservas extrativistas, com base na participação de muitos agentes, especialmente dos usuários locais, os pescadores artesanais.

O desafio de construir o território da reserva como bem da coletividade, aqui demonstrado, requer considerar, ainda, as redes de relações tecidas entre grupos e projetos diferenciados na UC e fora dela. Propõem, portanto, refletir sobre os caminhos da governança ambiental num espaço de cogestão em que uma das atividades básicas de sustento é a pesca, e cuja operação extrapola a jurisdição do território. Assim, a produção dos acordos nesses novos espaços envolve apreciar algumas alianças, mesmo que passageiras, entre os representantes das populações tradicionais e da esfera estatal e com os *experts*. Esse processo, assinalado na literatura sociológica como de “mútua construção” se dá na medida em que as fronteiras que delimitavam as ações dos movimentos sociais e os atores do Estado são ultrapassadas pelas práticas de ambos os grupos (RIBEIRO, 2012). Assim se caracterizam as novas formas de gestar e gerir os territórios de conservação ambiental, com toda sua pluralidade de demandas, com seus limites e desafios.

Este artigo apontou que os pontos pesqueiros se distribuem para além dos limites das reservas e, mesmo, para além da costa paraense, na amplitude da costa norte do Brasil, do Maranhão ao Amapá, para onde pescadores de várias localidades se deslocam na busca por melhores pesqueiros. A complexidade dessa gestão ficou clara nos espaços de discussão, pelos temas que são alvo de atenção e, também, em todo o processo de elaboração dos planos de manejo. Os moradores valorizam o intercâmbio com os pesquisadores, com representantes estatais, as novas redes que se formam, com intercâmbio de saberes, sejam saberes sobre características dos ecossistemas, sejam saberes relativos aos ciclos biológicos das espécies pescadas. Os dados coletados no decorrer da pesquisa permitem afirmar que os espaços de debate institucionalizados na RESEX efetivamente contribuem para a gestão dos recursos pesqueiros como recursos comuns, apropriados pelas comunidades locais e, também, por outros grupos. Em particular, esses espaços fomentam conexões novas, capital social novo para enfrentar os desafios socioambientais.

Referências

ABDALA, GUILHERME; SARAIVA, NICHOLAS; WESLEY, FÁBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012a.

ABDALA, GUILHERME; SARAIVA, NICHOLAS; WESLEY, FÁBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012b.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. ISBN 8570256957. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000100011&nrm=iso

ALLEGRETTI, M. H. **Reservas extrativistas**: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. ANDERSON, A. et. al, p. 17-48, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação). Brasília, 2000.

CONCEIÇÃO, M. F. C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária no nordeste paraense. In: HEBETTE, Jean, MAGALHAES, Sonia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina. **No mar, nos rios e na fronteira, faces do campesinato no Pará**. Belém, UFPA, 2002. P.131/171.

GARRETT, H. The tragedy of the *commons*. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

KALIKOSKI, Daniela Coswig. SEIXAS, Cristiana Simão. ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Revista, Ambiente & Sociedade**. Jan.-jun. 2009.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, Vozes. 2009.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Editora Universitária UFPA, 1995. ISBN 8524701137.

MCKEAN, A. M. O., ELINOR. **Regime de propriedade comum em florestas**: somente uma relíquia do passado? Org. Antonio Carlos Diegues & André de Castro Moreira. Espaço e recursos natuCapital social, associativismo, participação, cogestão, Bragança-Parárais de uso comum. São Paulo, NUPAUB-USP 2001.

MENDES, C. A. **Geomorfologia e Sedimentação**. Os manguezais da costa brasileira. Belém-PA: Fundação Rio Bacanga. Volume 2: 13-31 p. 2005.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia, a experiência da Itália moderna**. In: (Ed.). Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.173-194.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. A participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. Revista do PPGSoc – UFMA, Jul/dez. 2012.